

CONSIDERAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DOS INGLESES NO PRELÚDIO DO SURGIMENTO DE LONDRINA - PR

CUNHA, Fábio César Alves da ¹

Recebido (Received): 09-06-2020 Aceito: (Accepted): 11-12-2020

Como citar este artigo: CUNHA, F. C. A. Considerações sobre a atuação dos ingleses no prelúdio do surgimento de Londrina-PR. **Formação (Online)**, v. 28, n. 53, p. 371-387, 2021.

Resumo: O estudo foca na atuação dos ingleses antes do início do desbravamento pela Companhia de Terras Norte do Paraná – CTNP na região de Londrina. Evidencia suas relações com as esferas federal e estadual do governo brasileiro, esclarecendo fatos como um forjado convite por parte do governo do Brasil, o objetivo de iniciar um empreendimento imobiliário, as concessões exigidas por parte dos empreendedores ingleses, as expedições iniciais e a verdadeira data da chegada da caravana pioneira em terras da CTNP. A metodologia de pesquisa se pautou por três fases: uma primeira, em que resgata informações de pesquisa do autor de 2005, uma segunda, em que atualiza a bibliografia sobre o tema, principalmente, relacionada à fase anterior à ocupação pela CTNP e uma terceira, que contou com levantamento a campo para dirimir questões relacionadas a “pioneira” caravana da companhia.

Palavras-chave: Ação dos Ingleses, Companhia de Terras Norte do Paraná, Caravana pioneira, Londrina.

COMMENTS ON THE BRITISH ACTION IN THE PRELUDE OF THE RISE OF LONDRINA-PR

Abstract: The study focuses on the action of the British before the breakthrough starts by Companhia de Terras Norte do Paraná - CTNP in the Londrina region. It highlights its relations with federal and state levels from the Brazilian government, by explaining facts such as an invitation forged by government aiming at starting a housing project, the required concessions by British entrepreneurs, the initial dispatches, and the true arrival date of the pioneer caravan on CTNP land. The research methodology was geared by three phases: a first one where it retrieves 2005 author's research information; a second one updating the literature on the subject mainly related to the phase prior to occupation by CTNP; and a third, which included field survey to address issues relating to the company's "pioneer" caravan.

Keywords: Action by the British, Northern Paraná Land Company, Pioneer expedition, Londrina.

CONSIDERACIONES SOBRE LA ACTUACIÓN DE LOS INGLESES EN EL PRELUDIO DEL SURGIMIENTO DE LONDRINA PR

Resumen: El estudio se centra en la actuación de los ingleses antes de la exploración que la Compañía de Tierras Norte de Paraná – CTNP comenzase en la región de Londrina. Deja en evidencia sus relaciones con las esferas nacional y estadual del gobierno brasileño, exponiendo una falsa convocación de parte del gobierno de Brasil, con el objetivo de iniciar un emprendimiento inmobiliario, las concesiones exigidas por los emprendedores ingleses, las expediciones iniciales y la verdadera fecha de la llegada de la caravana pionera a las tierras de la CTNP. La metodología de la investigación fue trazada en tres fases: la primera, en la que se rescatan informaciones de investigación del autor de 2005, la segunda, en la que se actualiza la bibliografía sobre el tema, principalmente con relación a la fase anterior a la ocupación por la CNTP y la tercera, que contó con un estudio de campo para dirimir cuestiones relacionadas a la caravana "pionera" de la compañía.

Palabras-clave: Acción de los Ingleses, Compañía de Tierras Norte de Paraná, Caravana pionera, Londrina.

¹ Professor associado do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina (UEL), e-mail: fabioalvescunha@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6515-8165>.

1 Introdução

O início do desenvolvimento de Londrina e região está diretamente associado às ações da Companhia de Terras Norte do Paraná – CTNP. Essa Companhia, de capital inglês, teve um papel crucial no processo até 1944, quando foi vendida para empresários brasileiros em decorrência da Segunda Guerra Mundial. Muito já se falou de sua atuação nesse desenvolvimento histórico, mas pouco sobre o prelúdio desse protagonismo. O presente artigo tem como foco esclarecer um pouco mais sobre a conjuntura econômica e política e as relações entre o governo brasileiro e a missão inglesa. As concessões do primeiro à segunda, que fez com que esses homens estrangeiros entrassem nesta empreitada rumo a uma região considerada selvagem, embora, mesmo que esparsamente, já povoada por indígenas e caboclos. O artigo busca trazer esclarecimentos sobre algumas questões que ao longo de várias narrativas históricas, não foram contempladas ou acabaram por gerar dúvidas sobre o que ocorreu de fato. Entre essas questões podem ser citadas a veracidade de um convite do governo brasileiro para que os ingleses pudessem vir para o norte do Paraná, o intuito de que os ingleses vieram mesmo para plantar algodão num primeiro momento, os benefícios concedidos aos ingleses pelo governo brasileiro, a presença de outras caravanas inglesas antes da histórica *caravana pioneira* de 20 de agosto de 1929 e a verdadeira data de chegada desta caravana a terras da CTNP.

2 O prelúdio da chegada inglesa

O surgimento da Cia de Terras está ligado diretamente aos interesses do governo do Brasil, na época com o Presidente Arthur Bernardes, em conseguir um empréstimo da ordem de 25 milhões de libras à casa bancária inglesa Rothschild. Essa casa condicionou o empréstimo à presença e às recomendações de uma missão que ela enviaria ao Brasil. Segundo Tomazi (2000):

Esta missão, portanto, teria como objetivo analisar a situação institucional e operacional de implementação das políticas monetária e fiscal que dessem garantia de pagamento do empréstimo solicitado. A missão inglesa imposta ao governo brasileiro, e não convidada por ele, como a maioria dos textos afirmam, vasculhou toda a estrutura econômica e financeira do Brasil, como verdadeiros auditores externos, algo parecido com o que fazem os técnicos do Fundo Monetário Internacional (FMI) nos últimos anos.

A Missão Montagu chegou no Brasil em 30 de dezembro de 1923 e voltou a Inglaterra em 4 de março de 1924, deixando um relatório extenso que apontava uma série de medidas que procuravam indicar como o governo brasileiro deveria se portar para, principalmente, ter um orçamento equilibrado. Para conseguir isso, as orientações eram as seguintes: aumento de impostos, corte rigoroso das despesas (redução do funcionalismo e de investimentos públicos), venda ou arrendamento (hoje diríamos, privatização) das propriedades do governo, aumento das exportações, abertura para o

capital estrangeiro (com caráter preferencial aos ingleses), entre outros (TOMAZI, 2000, p. 180).

A relação entre o governo brasileiro e a missão Montagu expõe de forma clara como os interesses políticos e econômicos estavam presentes. A “carta de intenções” da Missão Montagu também demonstra o caráter liberal de ordem internacional das medidas. Joffily (1985, p. 60 e 61), destaca os principais pontos das negociações:

- venda das estradas de ferro estatais;
- emissão de títulos públicos internos;
- reforma dos métodos orçamentários;
- redução drásticas das despesas públicas;
- criação de uma comissão de empresários para analisar e recomendar a redução de funcionários em cada ministério;
- congelamento do “Plano Siderúrgico” por ser adiável e antieconômico;
- evitar medidas de sustentação de preços do café;
- admitir um técnico inglês na direção do banco do Brasil e no Tribunal de Contas;
- colocar à venda as ações do Banco do Brasil;
- adquirir as ferrovias inglesas deficitárias (Leopoldina Railway e Great western);
- assegurar a continuidade dessas medidas nos futuros governos.

Vale destacar que vender as estradas de ferro estatais e as ações do Banco do Brasil significava privatizar essas instituições. Assim como congelar o plano siderúrgico do país significava, naquele momento, impedir qualquer iniciativa de uma industrialização mais efetiva, algo que só ocorreu na década de 1940 no governo Getúlio Vargas, quando este conseguiu barganhar a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN com o governo americano em troca do seu apoio aos aliados na segunda guerra. Outro ponto que chama a atenção é ainda assegurar essas medidas impostas em governos futuros.

Essas medidas liberalistas passariam a ser uma nova forma de dominação dos países centrais frente aos periféricos, não mais sob a coerção de exércitos armados, mas de novos mecanismos imperialistas, como as dívidas externas e a atuação de multinacionais em outros territórios.

Não por “coincidência”, as cartas de intenções, de cunho neoliberal, se tornaram praxe, a partir da década de 1980, num outro momento histórico, principalmente nos relacionamentos do Brasil com o Fundo Monetário Internacional – FMI (ALMEIDA, 2014).

Joffily (1985, p. 41) discorre sobre a falsidade de um convite partido do governo brasileiro a uma missão inglesa. Para o autor, esta “invencionice” teria sido registrada no Relatório da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná e daí transferida para os livros didáticos da seguinte forma: “Lord Lovat veio como integrante da missão econômica chefiada por Lord Montagu, convidada pelo presidente Arthur Bernardes” (COMPANHIA..., 1977, p. 40).

Na realidade, o governo brasileiro se prestou a assumir um convite forjado pelos nossos credores de Londres. O governo precisava do empréstimo e a financeira inglesa impunha a missão Montagu. Dessa forma, ele, o governo, foi convidado a convidar. O governo brasileiro jamais formulou convite algum a N. M. Rothschild & Sons ou a seus emissários, inclusive a Lord Lovat.

Para Joffily, parece que apenas Epiácio Pessoa teve conhecimento da verdade. Revelou o ex-presidente a inexistência do alardeado convite, acrescentando: “[...] a missão inglesa de Lord Montagu foi para o nosso país uma vergonha, mascarada por um convite, imaginado apenas para dissimulá-la aos olhos da nação” (JOFFILY, 1985, p 45).

Entretanto, apesar de toda a subserviência e ao caloroso tratamento dado por parte do governo brasileiro, o empréstimo não se concretizou devido a um embargo do governo inglês ao lançamento de títulos dos governos estrangeiros em Londres. Os títulos brasileiros seriam uma forma de caução, uma segurança do empréstimo. Isso não significava um embargo para o lançamento de títulos de empresas inglesas que procuravam criar empresas em Londres com interesses em explorações no exterior (TOMAZI, 2000, p.181).

3 Terras para um empreendimento imobiliário²

A história contada é que Lord Lovat, membro daquela missão, visitou principalmente regiões de São Paulo e Paraná, em busca de terras para plantar algodão. A missão afirmava que o grupo do qual participava (Sudan Cotton Plantations Syndicate) instalado no Sudão, estava com dificuldades e pensava em deslocar-se para outras regiões que pudessem suprir a indústria de tecelagem na Inglaterra.

² A presente seção deriva do capítulo quatro da tese de doutorado do mesmo autor "A metrópole de papel: a representação “Londrina-Metrópole” na institucionalização da Região Metropolitana de Londrina", defendida em 2005, junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP, Campus de Presidente Prudente-SP.

Segundo Joffily (1985, p. 55), Lord Lovat, como era apresentado, na verdade era Mister Montagu e não “Lord” e seu verdadeiro nome era Simon Joseph Fraser. Apresentado como “homem de vultosos interesses em terras e plantações de algodão”, na verdade, era o presidente do banco Samuel Montagu & Co. – um satélite de N. M. Rothschild & Sons, ambos localizados em Londres.

Para Tomazi (2000, p. 181), em 1924, Lord Lovat reuniu seus sócios e fundou a Brazil Plantations Syndicate Limited (BPSL), com capital inicial de 200 mil libras esterlinas, visando investir no Brasil para produzir algodão. No ano seguinte, foram adquiridas várias fazendas no estado de São Paulo, nas cidades de Birigui, Salto Grande e Bernardino de Campos; entretanto, devido à queda dos preços no mercado internacional, os negócios com algodão começaram a dar prejuízos. A saída foi criar duas outras empresas para executar um plano imobiliário: uma sediada em Londres, a Parana Plantations LTD, que financiaria todas as despesas, e uma outra, a Companhia de Terras Norte do Paraná - CTNP, com sede em São Paulo, que executaria os planos colonizadores e imobiliários.

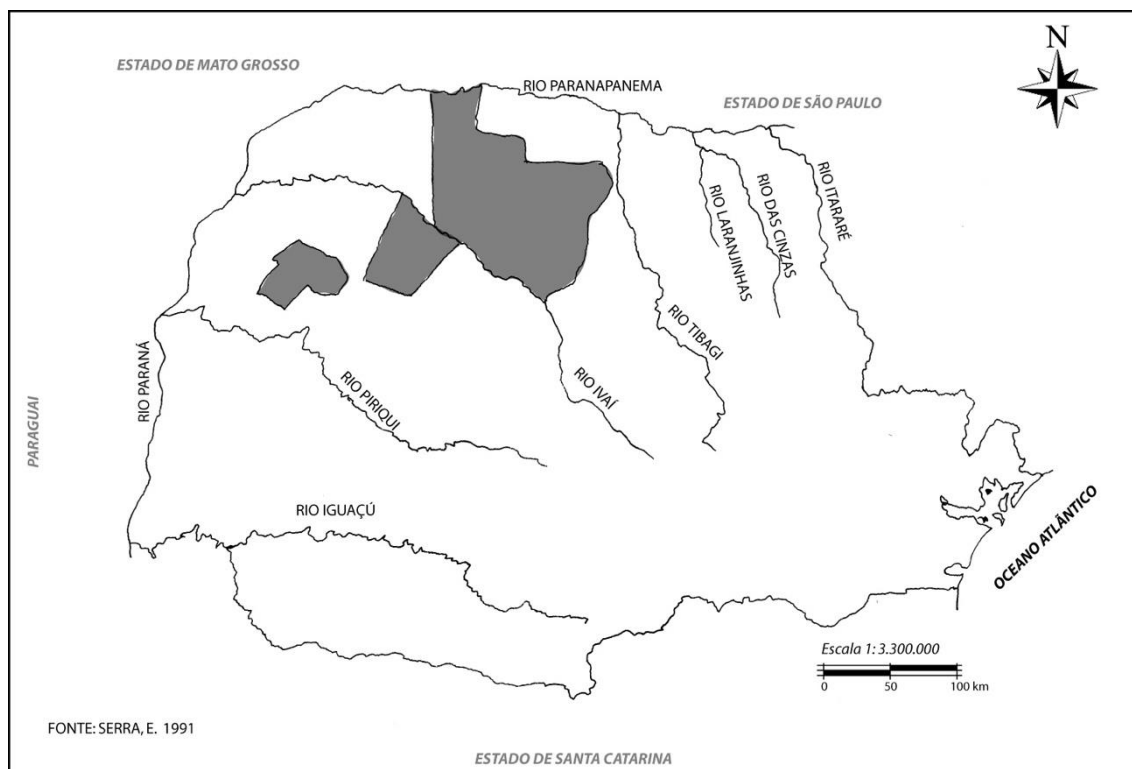
Sem sombra de dúvida, a constituição da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) foi realizada para desenvolver um projeto imobiliário e não tinha nenhum interesse em plantar algodão, como a maioria dos autores procuram enfatizar (Tomazi, 2000, p. 182).

E é Joffily que também induz ao mesmo entendimento quando afirma que o Norte do Paraná estava, desde o início, nos planos estratégicos de N. M. Rothschild & Sons, inclusive o afastamento por 40 dias de Lord Lovat para uma visita às futuras terras da companhia inglesa. “Sobram motivos para presumirmos que o afastamento de Lovat teria obedecido a prévias combinações visando pelo menos dois escopos: - avaliar as reservas de madeira-de-lei e; - avaliar a rentabilidade de um plano de loteamento.” (JOFFILI, 1985, p. 74).

Entre 1925 e 1927, a Cia de Terras Norte do Paraná adquiriu 515.017 alqueires na região norte do estado, em sua maioria na região de Londrina e Maringá (Figura 1). Destes, 350.000 foram comprados do governo do estado do Paraná em transação realizada ao preço de 8\$000 (oito mil réis) o hectare, totalizando o montante de 6.776.000\$000 (seis mil setecentos e setenta e seis contos de réis), que seriam pagos da seguinte forma: 1.000.000\$000 (hum mil contos de réis) à vista e o restante no prazo de 12 (doze) anos, ou seja, 564.666\$660 (quinhentos e sessenta e quatro contos de réis, seiscentos e sessenta e seis mil, seiscentos e sessenta réis) por ano, quantia facilmente arrecadada pela venda de lotes rurais e urbanos. Outros 20.000 alqueires foram adquiridos do Dr. Custódio José de Almeida e, surpreendentemente, 80.000 alqueires da Brazil Plantationa Syndicate Ltda – empresa do mesmo grupo empresarial (que os havia

adquirido na qualidade de cessionária da BRAVIACO - Companhia Brasileira de Viação e Comércio). Ainda adquiriram-se 30.000 alqueires da antiga concessão dada a Alves de Almeida, 15.017 alqueires da concessão dada a Paula Silva e 20.000 alqueires de Francisco Gutierrez Beltrão anexas àquela gleba de 350.000 adquiridas na primeira transação com o governo estadual.

Figura 1- Área Total da CTNP



Fonte: SERRA (1991)

Segundo Tomazi (2000, p. 182 e 183), a compra dessas glebas é um emaranhado de transações entre antigos concessionários/proprietários, governo do estado do Paraná e as empresas inglesas. Caberia um estudo específico para desvendar este imbróglio que, até o presente momento, continua obscuro e indecifrável.

4 A doação de uma ferrovia e demais concessões

A partir do momento em que os ingleses se lançaram ao projeto imobiliário, a necessidade de uma ferrovia se fez presente, já que era necessário ter uma via de acesso às terras da companhia, o que facilitaria as vendas e valorizaria os lotes.

Naquele momento, já existia a Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná - CFSP/PR, que ligava o ramal Ourinhos (SP) a Cambará (PR). Esta estrada, construída por iniciativa de fazendeiros, estava parada em Cambará, pois aqueles que a construíram não possuíam o capital suficiente para ampliá-la em direção ao rio Tibagi. Assim, a Cia de Terras conseguiu “comprar” a CFSP/PR. Tomazi argumenta que esta Cia Ferroviária não foi comprada mas doada. O autor faz essa afirmação com base no depoimento de João Sampaio (Diretor-Presidente da CTNP), que afirma:

[...] já existia o ramal Ourinhos-Cambará... Eu conhecia a sua má situação financeira, decorrente da escassa distância percorrida (29 km). Alvitrei a remoção da dificuldade, pela facilidade da compra da Cia. Ferroviária São Paulo-Paraná. Procurei o velho amigo Barbosa Ferraz (...) Entrou-lhe pelos olhos a vantagem da minha proposta: A Cia de Terras renovaria o ramal e o prolongaria, para criar a zona do estado. **Indaguei o preço. Foi fulminante a resposta: oferecia à Cia. de Terras, de graça, todas as ações e a entrega imediata da Estrada (...)** Enviou-nos sem demora, o balanço rigorosamente fechado. (ZÓRTEA, 1975, p. 96 apud TOMAZI, 2000, p. 183, que grifa).

Joffily (1985, p. 88) acrescenta que, em 1920, a ligação ferroviária entre as cidades de Ourinhos-SP e Cambará PR foi uma concessão do governo do Paraná aos fazendeiros Antonio Barbosa Ferraz Junior, Leovigildo Barbosa Ferraz, Gabriel Ribeiro dos Santos, Manuel da Silveira Corrêa e Antônio Ribeiro dos Santos. Posteriormente, em 30 de junho de 1928, o privilégio foi transferido em favor da Paraná Plantations por quantia não revelada, prevalecendo ainda as seguintes vantagens:

- Privilégio exclusivo dentro de uma faixa de 15 (quinze) km para cada lado do eixo da linha, para o fim de não ser ali concedida qualquer outra via férrea, de conformidade com o disposto no artigo 4 (Diário Oficial, Curitiba, 04.05.1928);
- Direito de desapropriar terrenos, prédios e benfeitorias de domínio particular, [...] (Diário Oficial, Curitiba, 23.11.1934);
- Isenção de impostos estaduais sobre materiais importados para os serviços da estrada de ferro (Diário Oficial, Curitiba, 23.11.1934);
- Isenção de todos os impostos estaduais e municipais que incidirem sobre a estrada, suas dependências, materiais e maquinismos (Diário Oficial, Curitiba, 23.11.1934);
- Direito de receber por km de linha construída e em tráfego, contado desde o ponto inicial no meio da ponte metálica sobre o rio Paranapanema, o valor de 28:800\$000 correspondente a 3.600 hectares de terras calculado na base do

preço de 8\$000 por hectare (Diário Oficial, Curitiba, 23.11.1934). (JOFFILY, 1985, p. 88 e 89).

Esta última vantagem caracterizava uma distorção contratual, já que, como foi visto, o trecho da divisa com o estado de São Paulo já estava construído até Cambará – PR (29 km) devido à concessão de 1920.

Desta forma, junto à CTNP foram anexadas a ferrovia e as terras pertencentes à Companhia Marcondes. Para Hoff (1991, p. 33), esta companhia paulista foi fundada em 1920 e tentou colonizar os 500 mil alqueires de terras concedidos pelo governo do Paraná.

Para Joffily (1985, p. 80 e 81), em 1925, depois de mais de cinco anos, a Companhia Marcondes abriu falência e o Coronel José Soares Marcondes, autêntico pioneiro da Alta Sorocabana, sendo um dos fundadores, não conseguiu neutralizar o processo de falência da companhia nem sustar o ato do Presidente do Estado Afonso Camargo que considerava caducas as concessões de terras dadas àquela companhia, que, por fim, terminariam transferidas aos agentes da Rothchild por preços irrisórios.

Hoff (1991, p. 33) argumenta também que, em 1926, um empréstimo de bancos ingleses foi conseguido pelo governo do Paraná no valor de 7.200.000 dólares para a construção do porto de Paranaguá e para resgate da dívida do estado. Em abril de 1928, o presidente Afonso Camargo, que havia assumido pela segunda vez o governo do estado (naquela época a “presidência do Estado”), vende 2 mil apólices do porto de Paranaguá aos ingleses. Vale lembrar, segundo Joffily (1985, p. 81), que o mesmo Afonso Camargo, em 1928, tornou-se proprietário da área onde hoje está situado, na cidade de Londrina, o bairro Shangri-lá, que, pela sua localização privilegiada e pelo seu plano urbano, em forma de jardins, tornou-se, na década de 1950, o primeiro bairro nobre da cidade.

Desta forma, com várias concessões e negócios privilegiados, a CTNP adquiriu terras no norte do Paraná, parte delas provindas da antiga concessão da Cia. Marcondes, além da ferrovia, que, como foi visto, foi doada aos ingleses.

Um desses negócios pode ser pautado pelo próprio preço da terra vendido à CTNP, conforme as palavras de Joffily:

O preço estipulado pelo governo paranaense foi de 8 mil réis o hectare, quantia esta que representava a diária de um carpinteiro ou o custo de 5 kg de feijão [...]. Convém frisar que foi pago à vista apenas um mil contos de réis e o restante, 5.776:000\$000 (cinco mil, setecentos e setenta e seis contos de réis), seria recolhido aos cofres do Estado à medida em que a companhia vendesse as terras, com o prazo de doze anos.

Nove anos depois, o Governo continuaria recebendo da subsidiária da Paraná Plantations, a CTNP, os mesmos 8 mil réis por hectare (Diário Oficial, 23.11.1934) (JOFFILY, 1985, p. 81).

Estas transações comerciais realizadas pelo governo do Paraná com as empresas inglesas foram denunciadas pelos jornais da época: “As concessões feitas pelo Estado a empresas particulares são concessões sem as devidas cautelas”³. Mas vale lembrar a que teve maior repercussão na época:

Caio Machado, diretor de O Dia de Curitiba, denuncia as concessões absurdas do Estado às colonizadoras e os lucros fabulosos que os intermediários conseguem com as concessões. Com veemência denuncia a Brazil Plantations, que conseguiu facilidades absurdas por parte do governo. O jornalista publica editorial fazendo o julgamento de Munhoz da Rocha, Presidente, de Marins Camargo, Vice-presidente do Estado, e do senador Affonso Camargo. O autor da denúncia foi condenado a 20 meses de prisão e à multa de 10 contos de réis.⁴

Esta denúncia comprova que existia, na época, uma oposição que não se conformava com as regalias concedidas às firmas inglesas, mas também que existia uma repressão em prontidão para agir nesses casos.

Com relação às benesses oferecidas pelo governo do estado do Paraná aos ingleses da CTNP, Joffily argumenta que o Brasil era, em termos financeiros, “território da Rothschild”. O autor acrescenta que não se pode esquecer que, durante catorze anos, dois ilustres paranaenses governaram alternadamente e com uma vantagem, já que a filha de Afonso Camargo era casada com o filho de Caetano Munhoz da Rocha. Essa circunstância de família naturalmente favorecia a sucessividade do mandonismo pessoal e administrativo. “*Não é espírito público e sim o interesse individual a pedra angular das oligarquias*” (JOFFILY, 1985, p. 83).

Numa época de incipiente estrutura industrial, a classe média estava ainda embrionária. Em consequência, a burguesia ocupava a um só tempo todo espaço político enquanto o tráfico de influência corria solto pela natural identificação entre os homens de partido e homens de negócios. [...]

A classe dominante, embora não associada – no sentido jurídico – com o grupo multinacional, tem interesses paralelos nas comissões ou no controle da produção cafeeira. Só índios e posseiros nada ganhariam com a barganha. [...]

Afinal, quem ignora a prática tradicionalmente consagrada pela política latino-americana desde o Império: cada governante evita inquéritos da atuação do seu antecessor para não ser investigado pelo seu substituto. (JOFFILY, 1985, p. 51 e 52).

³ TERRAS do Paraná e sindicatos estrangeiros. Folha da Manhã, São Paulo, 15 de março de 1926, p. 1. apud HOFF, S. (1991, p. 33).

⁴ A POLÍTICA do Paraná. Folha da Manhã, São Paulo, 11 de março de 1926, p.1. apud HOFF, S. (1991, p. 33).

O elo entre os investidores ingleses e o governo do estado do Paraná e o do Brasil facilitou os negócios para a Cia. de Terras Norte do Paraná. Tal singularidade demonstrou o caráter político dessas relações em benefício de interesses particulares, entre eles, os da própria Companhia, que, assim que pôde, passou a vender os lotes adquiridos.

É necessário lembrar que, entre a aquisição das terras do estado do Paraná em 1925 e as primeiras vendas de lotes em 1929, ocorreu um intervalo de quatro anos por algum motivo.

Explica Hoff (1991, p. 30) que a década de 20 foi marcada por várias eclosões de levantes, noticiados quase que diariamente pelos jornais da época, entre os quais se destacavam as revoluções nos estados e levantes na Marinha entre 1924 e 1927, a Coluna Prestes de 1925 a 1927, as revoltas de Barretos, Fructal e Jahu, em 1925, os assaltos a propriedades particulares pelo caudilho Fabrício Vieira e seu bando no sul e sudoeste do Paraná.

Devido a todos estes conflitos é pertinente supor que Lord Lovat não teve pressa em iniciar a colonização e preferiu preencher o vácuo de 4 anos realizando negócios diretamente com o governo do Estado, pois sabia ele, com a sua vasta experiência no mundo dos negócios e de política internacional que mudanças sócio-econômicas estavam em gestação no Brasil (HOFF, 1991, p. 31).

Para o autor, o período de quatro anos se deve a uma certa precaução por parte da Cia. de Terras, com relação aos movimentos revoltosos que aconteciam naquele momento no Brasil.

5 As expedições e a data de chegada às terras da CTNP

Após o intervalo de quatro anos, a Companhia de Terras Norte do Paraná- CTNP começou, enfim, a desenvolver suas atividades visando a uma efetiva ocupação, por meio de loteamentos, de suas terras adquiridas. O marco inicial para essa fase passou a ser a histórica “**primeira caravana**”, que se realizou no mês de agosto de 1929. Ela foi chefiada por George Craig Smith, que, ao chegar nas terras da CTNP, levantou um acampamento no local denominado *marco zero*, que se tornou, décadas mais tarde, um marco histórico para a cidade de Londrina, apesar de seu atual estágio de degradação.

Aqui se faz necessário destacar duas questões com o intuito de esclarecer algumas dúvidas sobre esse evento histórico: a primeira questão se refere ao fato de “a primeira caravana” não ter sido, realmente, a primeira caravana, já que, segundo o relato do Sr. Erwin Fröhlich, um dos participantes da caravana de George Craig Smith, publicado na revista *A Pioneira* em dezembro de 1949, afirma, sobre o início desse processo, que *em fins de junho de 1929*, quando ele trabalhava na formação de cultura cafeeira com o Sr. Alberto Loureiro numa

propriedade distante 14 quilômetros de Cambará, um automóvel parou e dele desceu uma personalidade marcante, fazendo logo ver tratar-se de um estrangeiro; era George Smith, que disse:

Sou diretor gerente de uma grande organização colonizadora, a qual possui na região, além do rio Tibagi, vasta área de terras. Estamos interessados em abrir naquela grande região uma grande colonização e penso ser o Senhor o homem que precisamos para iniciar as derrubadas. Querirá, pois, o Senhor tomar a empreitada para a derrubada de alguns alqueires de mata e construção de estradas? (A Pioneira, n. 6, 1949, p. 30).

Na sequência do relato, o Sr. Fröhlich complementa dizendo, que dias depois, o Sr. Loureiro foi ver as tais regiões desconhecidas e voltou empolgado com o sertão que viu, que combinou os serviços todos e que, no dia 20 de agosto de 1929, partiram de Cambará rumo ao sertão para fundar novas cidades no Paraná.

Tal relato evidencia que, antes da histórica caravana de 20 de agosto, foi realizada uma caravana, possivelmente no mês de julho de 1929, que fez um prévio reconhecimento das terras que seriam desbravadas no mês seguinte.

Todavia, há ainda uma outra informação na continuidade do relato do Sr. Fröhlich, quando afirma que partiram de Cambará no dia 20 de agosto de 1929 e nesse mesmo dia chegaram em Jataí e pernoitaram às margens do rio Tibagi:

O dia 21 surgiu quente e logo nos preparamos para continuar a jornada. Com os preparativos já quase prontos, encontramos um homem louro, acompanhado de diversos camaradas, vindo do sertão. Esse homem era o Dr. Carlos Rottmann, que regressava das selvas, depois de 8 meses de trabalhos árduos de levantamentos dos rios e ribeirões nas terras da Companhia. Ficávamos então conhecendo esse varão germânico, que todos os anos se embrenhava nas matas e só voltava ao convívio da civilização depois de longos meses de lutas em trabalhos de engenharia. O Dr. Rottmann é um dos mais antigos funcionários da Companhia de terras. (A Pioneira, n. 6, 1949, p. 30).

Diante de tal relato é possível afirmar que a histórica caravana do dia 20 de agosto de 1929 foi precedida ainda por esta expedição do Dr. Carlos Rottmann, funcionário da Companhia de Terras, que regressava de uma expedição de oito meses das áreas que seriam colonizadas.

Uma outra expedição ainda é relatada pelo Dr. Antonio Moraes Barros em carta enviada ao Sr. Thomas, realizada em fins do mês de junho e início do mês de julho de 1927, da qual participaram também o Dr. Gastão Mesquita e o Dr. Willie Davids (COMPANHIA..., 1977, p. 65 e 66).

Portanto, esta deve ter sido a primeira expedição. Uma segunda expedição ocorreu sob o comando do Dr. Rottmann, que ficou oito meses no sertão. A terceira, a que foi realizada pelo

Sr. Loureiro algumas semanas antes da **“histórica caravana pioneira”** de 20 de agosto de 1929, que seria, neste caso, a quarta expedição às terras da CTNP sob o comando dela.

Uma segunda questão controversa levanta indagações sobre a data exata da chegada da **“histórica caravana pioneira”** nas terras pertencentes a CTNP, em local que ficou conhecido historicamente como Marco Zero do desenvolvimento de Londrina. A maioria das publicações exaltam o dia 21 de agosto, considerado, inclusive, o Dia do Pioneiro para este município. Entretanto, pelo relato do Sr. Fröhlich, a chegada se concretizou no dia seguinte, em 22 de agosto de 1929.

Zortea (1975, p. 35 e 37), baseando-se em relatos de Mr. Arthur Thomas, considera que a caravana chegou em Londrina na tarde de 21 de agosto de 1929: “[...] depois de ingentes sacrifícios, no dia 21 do mesmo mês, a comitiva transpunha o Rio Tibagi, daí tomando picadão aberto pelos irmãos Palhano, à tardinha, chegou ao Salto do Rio Cafezal, nas terras do Dr. Mábio”. Pernoitaram nas terras do Sr. Joaquim Palhano, uma fazenda particular inserida nas terras da CTNP, e, no dia seguinte, dia 22 de agosto, se dirigiram para as proximidades do marco zero pioneiro. É preciso salientar, no entanto, que Mr. Arthur Thomas não fez parte da caravana pioneira.

Uma publicação muito utilizada como referência nos estudos sobre a colonização implementada pela CTNP é a comemorativa do cinquentenário da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, nome que a CTNP passou a ter quando foi vendida para os empresários brasileiros em 1944. Esta publicação, de 1975, traz o depoimento de George Craig Smith que fez parte da viagem pioneira:

Bem cedo no dia 21 de agosto de 1929, tratamos de atravessar o majestoso rio Tibagi. [...] Com várias travessias perigosas foram transpostos os animais, os mantimentos e todo o pessoal para a margem esquerda do Tibagi, de onde iniciamos a dura caminhada até o local denominado Patrimônio Três Bocas, onde se iniciavam as terras da Companhia de Terras Norte do Paraná. [...] Depois de muitas peripécias – tais como a fuga dos burros assustados, que derrubavam as cargas e procuravam ganhar as picadas laterais que se encontravam pelo caminho – chegamos à tarde na divisa das terras da Companhia, onde o engenheiro Alexandre Razgulaeff, orgulhosamente, fincou o primeiro marco de madeira e disse: Chegamos. Aqui começam as terras da Companhia de Terras Norte do Paraná. [...] Sem perda de tempo, o Sr. Alberto Loureiro, homem dinâmico, ordenou que seus camaradas com foices e machados, fizessem uma pequena clareira e construíssem os dois primeiros ranchos. Isso foi na tarde do dia 21 de agosto de 1929 (COMPANHIA..., 1977 p.67).

A citação da fonte aparece apenas no início da publicação, com o subtítulo “Autores deste trabalho”, onde mencionam alguns homens sem cuja colaboração teria sido impossível levar avante a publicação: “[...] o pioneiro George Smith, que relatou a primeira jornada”.

Boni (2004), em *Fincando Estacas!*, praticamente reproduz a narrativa sobre a chegada dos pioneiros segundo depoimento de George Craig Smith:

Na madrugada do dia 21 de agosto de 1929, a caravana partiu de Jataizinho para vencer os 22 quilômetros que a separava do local onde seria instalado o escritório da Companhia de Terras Norte do Paraná [...]

Terminada a travessia, a caravana precisou do dia todo para vencer os 22 quilômetros. No final da tarde, no meio do nada, ou melhor, num ponto qualquer da floresta – segundo depoimento de George Craig Smith, o russo Alexandre Razgulaeff pediu para a turma parar um pouco, consultou seus mapas e disse “Chegamos!”. Alguns, indignados, pois tudo era floresta ao redor, perguntaram-lhe: “Chegamos onde?” E Razgulaeff respondeu: “Chegamos na divisa das terras da Companhia de Terras Norte do Paraná”.

Sem questionar o engenheiro, descarregaram as tralhas e amarraram os animais. Imediatamente, o português Alberto Loureiro, o empreiteiro contratado, e seus trabalhadores abriram uma pequena clareira, onde construíram dois ranchos de palmito, considerados as primeiras habitações de Londrina. O local da clareira e dos ranchos ou melhor dizendo, o Marco Zero de Londrina fica próximo à atual Estação Rodoviária (BONI, 2004, p. 48).

Nenhuma dessas obras cita as informações relatadas por Erwin Fröhlich, que também fez parte da caravana pioneira, como cozinheiro e foram publicadas pela revista *A Pioneira* na edição nº 6 de 1949, apenas 20 anos após o evento histórico. Duas exceções merecem destaque: Bortolotti (2007, p.70 e 71), em *Planejar é preciso – memórias do planejamento urbano de Londrina*, no qual o autor reproduz partes desse relato enfatizando a luta do homem contra a adversidade da mata existente; e Schwartz (2009), em texto que se divide em duas partes intitulado: *Pérolas – claras e obscuras – da história de Londrina*, no qual cita George Craig Smith: “Londrina, na verdade, nasceu naquela tardezinha de 21 de agosto de 1929, quando o Dr. Alexandre Razgulaeff fincou o primeiro marco ao chegar às terras da Companhia”, e complementa: “Mas Erwin Fröhlich, outra testemunha do fato, anotou o dia 22, mencionando a interrupção da marcha no dia anterior” (SCHWARTZ, 2009, p. 209). O autor, portanto, cita trechos do relato de Fröhlich de 1949.

Entretanto, na segunda parte do texto, ele demonstra não considerar muito tal relato ao afirmar: “Onde a expedição comandada pelo engenheiro Alexandre Razgulaeff deu origem a Londrina, na tarde de 21 de agosto de 1929, abrindo a partir dali uma clareira de 10 alqueires na floresta virgem [...]” (SCHWARTZ, 2009, p. 226).

Desta forma prevalece o relato de Smith de que a chegada se deu no fim da tarde do dia 21 de agosto de 1929 e é aqui que valorizamos o relato de Fröhlich no esclarecimento dessa importante data ainda obscura.

Segundo o Sr. Fröhlich, como já mencionado, o dia 21 de agosto surgiu quente em Jataí e com os preparativos já quase prontos, encontraram um homem louro, acompanhado de

diversos camaradas, vindo do sertão. Esse homem era o Dr. Carlos Rottmann, que regressava das selvas, depois de oito meses de trabalhos árduos de levantamentos de rios e ribeirões nas terras da companhia.

Depois de atravessarem, com muito esforço, o rio Tibagi, continuaram na picada Jataí-Sertão:

Como íamos contando, no dia 21 de agosto pousamos no quilômetro 16, na picada Jataí-Sertão, onde havia uma pequena derrubada de mata. *No dia 22 de agosto*, erguemo-nos bem cedo e pusemo-nos a caminho, com burros de cargueiros, tão velhacos que derrubaram a carga em tempos e tempos [...]. Finalmente, às dez horas da manhã, atingimos uma nascente de água “Flôr d’água” como era conhecido dos caboclos (hoje Córrego das Pedras), onde começava a vasta área de terra a ser colonizada. (A Pioneira, n. 6, 1949, p. 30).

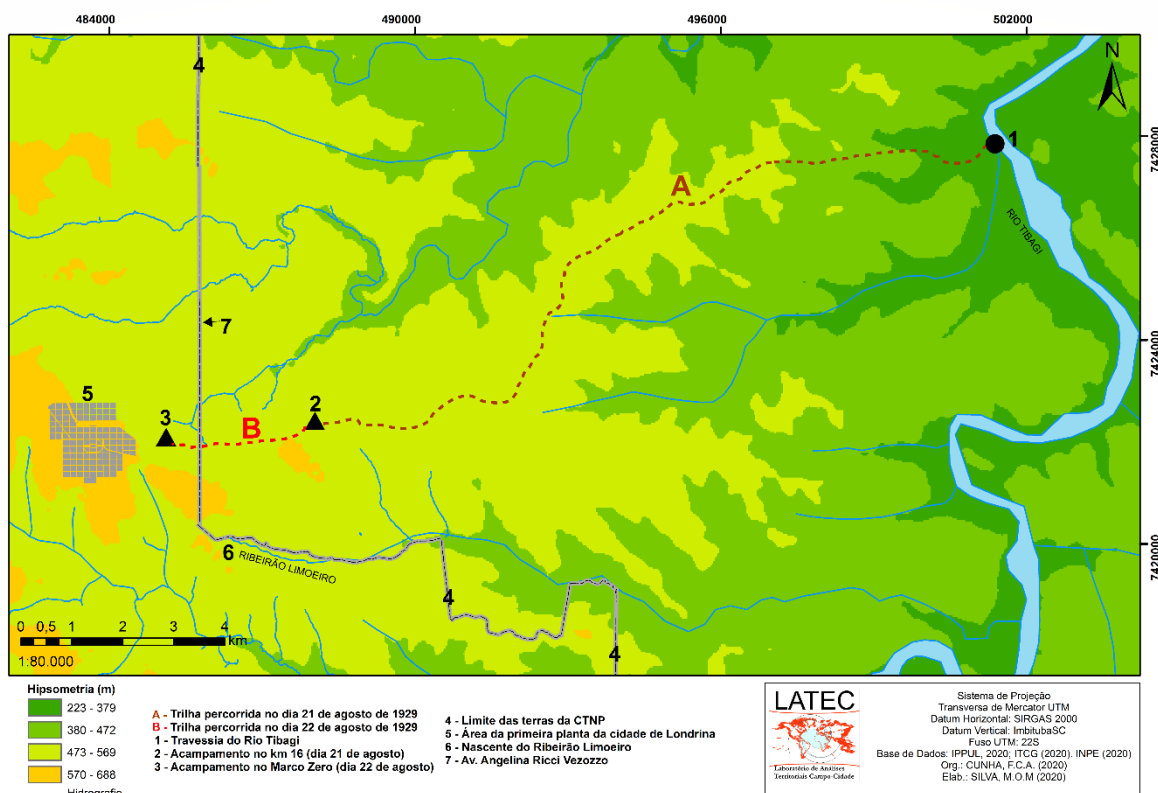
O relato do Sr. Fröhlich para a revista A Pioneira em 1949 deixa claro que a caravana histórica não chegou no marco zero no dia 21 de agosto de 1929, como tratam algumas literaturas a esse respeito. Inclusive, é importante salientar que o dia 21 de agosto é considerado oficialmente, conforme a Lei municipal N.º 3573 de 25 de abril de 1983, o dia do pioneiro para o município de Londrina. Segundo o Sr. Fröhlich, a chegada da caravana em terras da CTNP só ocorreu no dia 22 de agosto daquele ano. No dia 21 de agosto eles chegaram no quilômetro 16, num local fora das terras pertencentes a CTNP. Os levantamentos cartográficos e de campo realizados para este estudo, com base na antiga estrada dos pioneiros, demonstram que o quilômetro 16 se localiza próximo das atuais instalações da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, pelo menos três quilômetros antes do Marco Zero.

É necessário destacar que, conforme este relato, o pernoite do dia 21 se deu em uma área na qual *já havia uma pequena derrubada*. E fica claro que, nesta localidade, eles não iriam ordenar construções pelo simples fato de que ainda não estavam nas terras da Cia de Terras. Apenas acamparam, possivelmente devido ao fim do dia que se aproximava, para daí, sim, prosseguir ao seu destino, que só ocorreu na manhã do dia seguinte, o dia 22 de agosto.

Na manhã deste dia, após levantar acampamento e se deslocar por, aproximadamente, mais 3 ou 4 quilômetros, é que a caravana chegou na nascente do Córrego das Pedras, atual Córrego Águas das Pedras, nas proximidades do local, hoje intitulado Marco Zero e nesse local foi ordenada a abertura de uma clareira e a construção de dois primeiros ranchos. É importante salientar também que as terras da CTNP tinham seu limite inicial, para quem vinha de leste, muito próximo da nascente leste do Córrego Águas das Pedras. Essa nascente provavelmente serviu de marco geográfico para indicar o início das terras da CTNP em seu limite retilíneo longitudinal leste, de orientação Norte-Sul, numa linha que se entendia desde o divisor de águas entre os ribeirões Água das Abóboras e Jacutinga, ao norte, até as proximidades da nascente do

ribeirão do Limoeiro, ao sul, próximo ao atual aeroporto. Hoje, essa linha imaginária norte-sul corresponde às ruas: Senjiro Horaguchi, Guilhermina Lahman, Angelina Ricci Vezozzo (zona norte), Rútilo, Rosa Branca, Limão, Elvira Bruggin e Rosa Siqueira (zona leste), conforme Figura 2.

Figura 2- Acampamentos e percurso da Caravana Pioneira às terras da CTNP segundo relato de Erwin Fröhlich 1949.



Fonte: CUNHA (2020), Org.; SILVA (2020), Elab.

Na Figura 2, temos como n° 1, a travessia do rio Tibagi na manhã do dia 21 de agosto de 1929. O percurso “A”, se refere a trilha percorrida no dia 21 de agosto de 1929. O n° 2 marca o local do acampamento realizado no Km 16 no mesmo dia. O percurso “B” se refere à trilha percorrida na manhã do dia 22 de agosto de 1929, quando adentram as terras da CTNP. O n° 3 localiza o Marco Zero, local do primeiro acampamento nas terras da CTNP. O n° 4 delimita o perímetro leste, que marca o início das terras da CTNP. O n° 5 indica a área da primeira planta da cidade de Londrina. O n° 6 localiza a nascente do ribeirão Limoeiro, um outro marco geográfico que delimitava o início das terras da Companhia, e o n° 7 indica, aproximadamente, a localização da Av. Angelina Ricci Vezozzo na atualidade.

Tudo indica que a famosa frase proferida pelo russo Alexandre Razgulaeff, engenheiro agrimensor da caravana, “Chegamos! Chegamos na divisa das terras da Companhia de Terras Norte do Paraná”, foi proferida no dia 22 de agosto no limite das terras da Companhia quando encontraram a nascente leste do Córrego Água das Pedras, a aproximadamente 400 metros do atual Marco Zero. Neste caso, o estudo indica que o dia da chegada da caravana foi o dia 22 de agosto e é nesse dia que deve ser comemorado o **“Dia do Pioneiro”**, pois marca a chegada da caravana nas terras da Companhia de Terras e não o dia 21 de agosto.

Faz-se necessário destacar que muitas das publicações que enfatizam a chegada no dia 21 de agosto de 1929, como as que já foram aqui mencionadas, tomam como referência a publicação comemorativa do cinquentenário da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, publicada em 1975, intitulada Colonização e desenvolvimento do norte do Paraná. O relato do Sr. Erwin Fröhlich, que frisa que a chegada ocorreu no dia 22 de agosto de 1929, foi publicado pela revista A Pioneira no ano de 1949, apenas 20 anos após o fato histórico, o que o credencia para lembrar determinados detalhes que podem se esvaír com o tempo, se comparado à outra publicação referenciada, que ocorreu 46 anos depois do evento. Entre essas duas publicações temos uma diferença de 26 anos, um período considerável.

6 Considerações Finais

É inegável que o desenvolvimento de Londrina e região está intrinsecamente associado às ações da companhia inglesa CTNP. O presente artigo buscou esclarecer determinadas ações, tanto por parte desta companhia, como por parte do governo brasileiro, a nível federal e estadual, na época. Das questões aqui levantadas é possível concluir que o convite por parte do governo brasileiro à missão inglesa foi uma forma encontrada para camuflar uma imposição estrangeira ao governo e, ao mesmo tempo, abrir caminho para um possível empréstimo pleiteado por ele. Neste relacionamento, muitos benefícios foram concedidos ao capital inglês, como a doação da ferrovia que existia até Cambará. O objetivo de se plantar algodão foi apenas um pretexto para que os ingleses pudessem chegar às férteis terras do norte do Paraná e colocar em prática o seu ambicioso e bem sucedido plano imobiliário. A histórica caravana pioneira não foi a primeira caravana da companhia inglesa a adentrar as terras da CTNP e a data da chegada da histórica caravana não foi o dia 21, mas o dia 22 de agosto de 1929, conforme o relato do Sr. Erwin Fröhlich.

Referências

- ALMEIDA, P. R. O Brasil e o FMI desde Bretton Woods: 70 anos de história. **Rev. Direito GV** vol.10 no.2 São Paulo July/Dec. 2014.
- BONI, Paulo César. **Fincando estacas! a história de Londrina (década de 30) em textos e imagens**. Londrina: Edição do autor, 2004.
- BORTOLOTTI, J.B. **Planejar é preciso: memórias do planejamento urbano de Londrina**. Londrina: Midograf, 2007.
- COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e desenvolvimentos do Norte do Paraná**. Publicação comemorativa do cinquentenário da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP). São Paulo: 1977.
- CUNHA, F.C.A. A metrópole de papel: a representação “Londrina Metrópole” na institucionalização da região metropolitana de Londrina. Presidente Prudente, 2005. 240 f. **Tese** (Doutorado em Geografia) - Departamento de Geografia, Universidade Estadual Paulista.
- FRÖLICH, Erwin. Remember. *A Pioneira*, Londrina, n. 5, set./out. 1949.
- HOFF, S. A ocupação do norte. In: Paz, F. (Org). **Cenários da economia e política**: Paraná. Curitiba: Ed. Prephacio, 1991.
- JOFFILY, J. **Londres-Londrina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- SERRA, E. **Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná**. Rio Claro, 1991. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas da UNESP, Rio Claro.
- TOMAZI, N. D. **Norte do Paraná: Histórias e fantasmagorias**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000.
- SCHWARTZ, W. Pérolas – claras e obscuras – da história de Londrina. In: BONI, P. C. (Org.). **Certidões de nascimento da história: o surgimento de municípios no eixo Londrina-Maringá**. Londrina: Planográfica, 2009.
- ZÓRTEA, A. J. **Londrina através dos tempos e crônicas da vida: homenagem aos pioneiros**. São Paulo: Juriscredi, 1975.